

ATA NÚMERO 013/XV/1.^a SL

Aos cinco dias do mês de julho de 2022, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 3, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) sobre o [Relatório de monitorização da avaliação do ensino superior em Portugal – 2021](#), apresentado em cumprimento do determinado no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, alterada pela Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro - 15h00 – Confirmada

3. Audição dos peticionários da [Petição n.º 17/XV/1.^a](#), da FENPROF - Pela urgente avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) – 16h00 – (videoconferência) Confirmada

- N.º de subscritores: 3.582
- Deputado relator: PS

4. Audiência ao Movimento Académicas - Associações Académicas das Universidades de Aveiro, Algarve, Beira Interior, Coimbra, Évora, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Madeira e Açores, para discussão e reflexão sobre o estado atual do Ensino Superior Universitário em Portugal – 16h45 – Confirmada – Confirmada

5. Aprovação de atas

- Reuniões da Comissão de 21, 22 e 29 de junho de 2022

6. Comunicações do Presidente

6.1. Baixa de iniciativas para apreciação na generalidade

- [Projeto de Lei n.º 205/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Determina o fim da cobrança de propina/taxa de inscrição aos jovens portugueses e lusodescendentes que frequentem ou venham a frequentar o Ensino de Português no Estrangeiro, procedendo para o efeito à alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto
 - ✓ Baixou em 29/6/2022 à 2.ª Comissão (Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas), como Comissão competente
 - ✓ **Em conexão com a 8.ª Comissão**
- [Projeto de Resolução n.º 142/XV/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que defenda o Ensino de Português como Língua Materna no Estrangeiro
 - ✓ Baixou em 29/6/2022 à 2.ª Comissão (Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas), como Comissão competente
 - ✓ **Em conexão com a 8.ª Comissão**
- [Projeto de Resolução n.º 143/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta o direito de acesso ao ensino de português no estrangeiro aos portugueses e lusodescendentes que residam no estrangeiro
 - ✓ Baixou em 29/6/2022 à 2.ª Comissão (Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas), como Comissão competente
 - ✓ **Em conexão com a 8.ª Comissão**

7. Discussão de Projeto de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 74/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que defina as fórmulas de financiamento das despesas das competências no domínio da educação transferidas para os municípios no âmbito do processo de descentralização e que avalie a necessidade de aprovação de um novo regime jurídico do transporte escolar (em articulação com a 13.ª Comissão)

8. Discussão e votação do requerimento do PCP para audição urgente da Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia sobre os problemas da Ação Social Escolar no Ensino Superior e as medidas que o Governo tenciona adotar para os combater no próximo ano letivo

9. Fixação dos temas para as sessões (Básico e Secundário) do Parlamento dos Jovens do ano de 2022/2023

10. Outros assuntos

11. Data das próximas reuniões

Dia 12.07.2022 – 15h00

- **Audição do Ministro da Educação - Confirmada**
 - ✓ Por requerimentos do PCP, do PAN e do BE – **1h28m**
 - ✓ Regimental - cerca de **3h11m**

Dia 19.07.2022 – 15h00

Audições do Presidente do Conselho Nacional de Educação (Confirmadas), sobre:

- ✓ Relatório do Estado da Educação – **60m**;
- ✓ Estudo sobre Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade, solicitado pela Assembleia da República através da Deliberação nº 1-PL/2021, de 12 de maio,

publicada em Diário da Assembleia da República, II Série-A, nº 131 –
60m

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Comissão informou que o PS tinha solicitado o adiamento do ponto 7.

A proposta de ordem do dia, com a alteração referida, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, PCP e IL registando-se a ausência dos Deputados do BE.

2. Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) sobre o [Relatório de monitorização da avaliação do ensino superior em Portugal – 2021](#), apresentado em cumprimento do determinado no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, alterada pela Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro - 15h00 – Confirmada

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Presidente do Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e lembrou a grelha de tempos da audição.

O Presidente do Conselho de Administração da A3ES referiu o seguinte, em síntese:

1. Era difícil fazer uma apreciação apenas tendo como referência o relatório apresentado em novembro de 2021;
2. Alteração dos órgãos de gestão e de acompanhamento, nomeadamente do Conselho de administração, Conselho de curadores e Conselho consultivo;
3. Acreditação junto da Associação Europeia para Garantia de Qualidade no Ensino Superior (ENQA) e ajustamentos dos procedimentos de avaliação;
4. A existência de um novo enquadramento legislativo, nomeadamente o [Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto](#), que altera o regime jurídico dos graus e

diplomas do ensino superior, o [Decreto-Lei n.º 133/2019, de 3 de setembro](#), que aprova o regime jurídico do ensino superior ministrado a distância, o [Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril](#), que adequa e moderniza o regime de incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida e o anteprojeto referente ao pessoal docente do ensino superior privado;

5. Relativamente a 2021, existiam 100 instituições de ensino superior (30 públicas e 70 privadas), existindo 3960 ciclos de estudos distribuídos 70% em instituições públicas e 30% em instituições privadas;
6. Em 2021 foram iniciados 283 novos ciclos de estudos em que 38 foram de ensino à distância;
7. 63% dos ciclos de estudos sem condições de acreditação, 20% com condições de acreditação e 16% não acreditadas (78% dos ciclos de estudos das instituições públicas e 25% dos ciclos de estudos de instituições privadas);
8. As exigências a avaliar para a acreditação de ciclos de estudos são:
 - a. Qualificação do corpo docente;
 - b. Planos de estudos estruturados com lacunas;
 - c. Nível deficiente de I&D;
 - d. Dotação limitada de equipamentos;
 - e. Instalações precárias.
9. As razões principais para a acreditação de *Standards and Guidelines for Quality Assurance* (SIGQ) prende-se com:
 - a. Ausência de articulação dos intervenientes;
 - b. Ausência de integração dos resultados;
 - c. Ausência de reflexão sobre o fecho dos ciclos para melhoria do sistema de qualidade.

Intervieram depois os Senhores Deputados Rosa Venâncio (PS), António Topa Gomes (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Diana Ferreira (PCP) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, o Presidente do Conselho de Administração da A3ES indicou o seguinte:

1. Existe uma recomendação europeia para que sejam incluídas pessoas ligadas à profissão e peritos internacionais nos processos de acreditação;
2. Existe um decreto-lei que rege a avaliação do ensino à distância, mas é muito abrangente, o que dificulta a avaliação;
3. Foi elaborado pela A3ES um plano estratégico 2021-24 que faz o exercício de antecipar os desafios futuros e resposta aos mesmos. Esse relatório será enviado aos Deputados da Comissão de Educação e Ciência;
4. Muitos dos problemas que surgiram com a pandemia causada pela doença covid-19 irão manter-se, mas esta ajudou à criação de alternativas para o relacionamento entre a A3ES e as instituições de ensino;
5. A presente forma de acesso do ensino profissional ao ensino superior que não está totalmente explorada nem desenvolvida. Somente cerca de 4% a 5% dos alunos deste tipo de ensino continuam os estudos no ensino superior;
6. No futuro haverá um elevado incremento na procura das instituições de ensino superior, tendo presente o grupo de maiores de 23 anos, alunos que desistiram de estudar e prevê-se que irão voltar, entre outros. É urgente que as instituições de ensino superior se adaptem a esta realidade;
7. Houve a necessidade de avaliar alguns cursos de forma mais acelerada, pese embora, seguindo os requisitos aplicáveis à generalidade, por estarem dependentes do acesso de financiamento do PRR;
8. A avaliação institucional deve contemplar a ação social escolar;
9. Deve ser reduzido o insucesso e abandono escolar, identificando as suas causas.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento nesta ata.

3. Audição dos petiçãoários da [Petição n.º 17/XV/1.ª](#), da FENPROF - Pela urgente avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) – 16h00 – Confirmada

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes da Federação Nacional de Professores (FENPROF), como peticionários (a petição tem 3.582 subscritores) e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os peticionários fizeram uma intervenção por videoconferência e referiram o seguinte, em síntese:

1. A [Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro](#), que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), provocou uma forte redução da participação na gestão por parte dos diversos corpos das instituições;
2. O ensino superior é afetado por um grau elevado de subfinanciamento, a existência de propinas e emolumentos elevados e de uma frágil ação social escolar;
3. São contra a empresarialização do ensino;
4. O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) não responde às necessidades atuais das instituições e comunidade académica, sendo questionável quanto aos objetivos e aos impactos decorrentes da sua implementação e é imprescindível avaliar como a comunidade académica (professores, investigadores, pessoal técnico e administrativo e estudantes) e as instituições foram afetadas por este «novo» enquadramento jurídico;
5. É urgente e fundamental abordar o sistema de ensino de forma global e integrada;
6. Há orientações europeias para a reunião e análise de evidências que suportem a definição de políticas;
7. Desejam que o articulado do RJIES seja revisto e avaliado retrospectivamente, avaliando o cumprimento dos objetivos propostos, identificando insuficiências na sua implementação ou redação e verificando o cumprimento dos objetivos políticos delineados para a área do ensino superior.

Intervieram depois os Senhores Bruno Aragão (PS), Rui Cruz (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Diana Ferreira (PCP) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários indicaram o seguinte:

1. As famílias em Portugal gastam muito dinheiro no acesso ao ensino superior, o que é gerador de absentismo e abandono escolar;
2. Necessidade de convergência do sistema binário. A FENPROF defende que a lógica do sistema binário não faz sentido e deve convergir num só;
3. Necessidade de convergência das remunerações e efeitos de agregação (não existem no ensino superior politécnico);
4. Fundamental abordar o sistema de ensino de forma global e integrada.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento nesta ata.

4. Audiência ao Movimento Académicas - Associações Académicas das Universidades de Aveiro, Algarve, Beira Interior, Coimbra, Évora, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Madeira e Açores, para discussão e reflexão sobre o estado atual do Ensino Superior Universitário em Portugal – 16h45 – Confirmada – Confirmada

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes do Movimento Académicas - Associações Académicas das Universidades de Aveiro, Algarve, Beira Interior, Coimbra, Évora, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Madeira e Açores e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os representantes do Movimento Académicas referiram o seguinte, em síntese:

1. Manifestaram as suas preocupações com o subfinanciamento das instituições de ensino;
2. Manifestaram as suas preocupações com a capacidade futura de custear o incremento das infraestruturas no ensino superior;
3. Defenderam a descentralização do conhecimento e do ensino superior;

4. Informaram que 50% das camas do ensino superior são em Lisboa e Porto, não existindo alternativas, nomeadamente, em territórios do interior de Portugal, reforçando a necessidade de descentralização;
5. O RJES devia ser revisto de imediato;
6. Devia ser assegurado o acesso de todos os cidadãos ao ensino superior;
7. Necessidade de redução da propina até à propina zero;
8. Necessidade de forte investimento em ação social;
9. Necessidade de motivar e incrementar a inovação tecnológica de forma a, nomeadamente, colmatar a ausência de literacia digital dos docentes com idade mais avançada;
10. Que a prática letiva seja considerada para a evolução dos docentes;
11. Necessidade de aumento da interação entre estudantes e docentes (com redução horária) e utilização de elementos menos expositivos;
12. Necessidade de criação de uma estrutura nacional, financiada, com missão de planear, estruturar as linhas condutoras da educação.

Intervieram depois os Senhores Deputados Eduardo Alves (PS), Alexandre Poço (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL), Diana Ferreira (PCP) e Joana Mortágua (BE) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes do Movimento Académicas indicaram o seguinte:

1. O Movimento Académicas tenta promover consensos;
2. Reforçaram as suas preocupações sobre o financiamento e propinas;
3. Referiram que, infelizmente, os alunos não iam para um curso que gostavam, mas sim, para um curso que dava emprego;
4. Referiram que o financiamento das instituições vem do Governo, emolumentos e propinas, entre outros, sendo que as instituições têm de procurar financiamento de outras formas quando este não é suficiente;
5. O estudante do ensino superior tem de pagar propina, alojamento, alimentação, deslocação, entre outros, o que resultam em custos muitos elevados de suportar e, em diversos casos, gera abandono escolar;

6. Necessidade de perspetiva de futuro;
7. Necessidade de descentralizar e criar políticas de fixação de trabalhos noutras áreas que não as capitais do país e litoral;
8. Reforço na utilização de ferramentas digitais de ensino;
9. Reforço na prevenção e defesa da saúde mental.

5. Aprovação de atas

A ata da reunião de dia 21 de junho foi adiada para alteração de alguns pontos das intervenções das audições por indicação do PS.

Colocadas à votação, as atas das reuniões da Comissão dos dias 22 e 29 de junho de 2022 foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, PCP e IL registando-se a ausência dos Deputados do BE.

O Senhor Presidente da Comissão informou que o CH tinha agendado jornadas parlamentares para os dias 11 e 12 de julho, pelo que as audições a requerimento e regimental ao Ministro da Educação teriam de ser adiadas, preferencialmente, para a mesma semana.

6. Comunicações do Presidente

6.1. Baixa de iniciativas para apreciação na generalidade

O Senhor Presidente informou que tinham baixado as seguintes iniciativas à 2.^a Comissão com conexão com a 8.^a Comissão e que as mesmas estavam agendadas para debate naquele dia, naquela Comissão:

- [Projeto de Lei n.º 205/XV/1.^a \(PAN\)](#) - Determina o fim da cobrança de propina/taxa de inscrição aos jovens portugueses e lusodescendentes que frequentem ou venham a frequentar o Ensino de Português no Estrangeiro,

procedendo para o efeito à alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto.

- [Projeto de Resolução n.º 142/XV/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que defenda o Ensino de Português como Língua Materna no Estrangeiro.
- [Projeto de Resolução n.º 143/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta o direito de acesso ao ensino de português no estrangeiro aos portugueses e lusodescendentes que residam no estrangeiro.

7. Discussão de Projeto de Resolução

Ponto adiado por solicitação do PS.

8. Discussão e votação do requerimento do PCP para audição urgente da Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia sobre os problemas da Ação Social Escolar no Ensino Superior e as medidas que o Governo tenciona adotar para os combater no próximo ano letivo

A Deputada Diana Ferreira (PCP) apresentou o requerimento.

Colocado à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra dos Deputados do PS, os votos a favor dos Deputados do PSD, CH, PCP e IL, registando-se a ausência dos Deputados do BE.

9. Fixação dos temas para as sessões (Básico e Secundário) do Parlamento dos Jovens do ano de 2022/2023

O Senhor Presidente informou que o Grupo de Trabalho – Parlamento dos Jovens tinha deliberado a saúde mental como tema para as sessões do básico e do secundário do Parlamento dos Jovens do ano de 2022/2023.

Colocada à votação, a deliberação foi ratificada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, CH, PCP e IL registando-se a ausência dos Deputados do BE.

O Senhor Presidente informou que será necessário agendar, previsivelmente, em setembro de 2022, o debate das medidas aprovadas nas sessões nacionais do Parlamento dos Jovens da sessão deste ano.

10. Outros assuntos

Sem outros assuntos.

11. Data das próximas reuniões

O Senhor Presidente informou que as próximas reuniões seriam:

- **Audição do Ministro da Educação – A agendar**
 - ✓ Por requerimentos do PCP, do PAN e do BE – **1h28m**
 - ✓ Regimental - cerca de **3h11m**

Dia 19.07.2022 – 15h00

Audições do Presidente do Conselho Nacional de Educação (Confirmadas), sobre:

- ✓ Relatório do Estado da Educação – **60m**;
- ✓ Estudo sobre Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade, solicitado pela Assembleia da República através da Deliberação nº 1-PL/2021, de 12 de maio, publicada em Diário da Assembleia da República, II Série-A, nº 131 – **60m**

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18:21 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Educação e Ciência

Palácio de São Bento, 5 de julho de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Carla Sousa (PS)
Eduardo Alves (PS)
Fernando José (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
Carla Madureira (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Maria Emilia Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Carla Castro (IL)
Diana Ferreira (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Cláudia Avelar Santos (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
Maria João Castro (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Alexandre Poço (PSD)



Comissão de Educação e Ciência

António Topa Gomes (PSD)

Fernanda Velez (PSD)

Firmino Pereira (PSD)

Maria Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
